

■ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

■ Conhecimento que trans-forma: crianças e adolescentes trans da rede pública de ensino do Distrito Federal

Knowledge that trans-forms: transgender children and adolescents in the public education system of the Federal District

 Vinícius de Oliveira Mota *

Resumo: Este trabalho iniciou durante a pandemia de Covid-19, a partir da solicitação de uma formação para professoras e professores de uma escola de ensino fundamental I da rede pública de ensino do Distrito Federal. Naquele momento, as aulas seguiam virtualmente e as escolas se preparavam para o retorno presencial. Ao fechar as matrículas, a unidade escolar se viu diante de um estudante trans, cujos responsáveis legais haviam solicitado o uso de nome social para sua matrícula, gerando dúvidas e incertezas. Oferecida esta primeira formação, percebi que a necessidade daquela escola poderia ser a de muitas outras. O pedido de formação que esta escola fez pode não acontecer em outros espaços, gerando violências e negligências de direito no que diz respeito à criança e adolescente trans. A partir de então, foi construída a oficina pedagógica “Conhecimento que trans-forma: crianças e adolescentes trans da rede pública de ensino do Distrito Federal”. Mais de dez escolas receberam a oficina, bem como duas regionais de ensino por meio das e dos profissionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) e Orientação Educacional.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Trans. Escola. Formação.

Abstract: This work began during the Covid-19 pandemic in response to a training request from teachers at a primary school in the Public Education System of the Federal District. At that time, classes were being held virtually and schools were preparing for a return to in-person teaching. During the enrollment process, the school met a transgender student whose legal guardians requested the use of their social name, leading to questions and uncertainties. Upon offering this initial training, it became evident that the need expressed by this school could be shared by many others. The request for training made by this particular school may not occur in other spaces, resulting in violations and neglect of the rights of transgender children and adolescents. Consequently, the pedagogical workshop titled "Knowledge that Transforms: Transgender Children and Adolescents in the Public Education System of the Federal District" was developed. The workshop was delivered to over 10 schools, as well as two Education Regional Offices, through the professionals of the Specialized Service for Learning Support and Educational Guidance.

Keywords: Child. Adolescent. Transgender. School. Training.

* Vinícius de Oliveira Mota é homem, cisgênero, branco, classe média, trabalhador, pai de uma menina, filho de mãe solo ca-deirante, psicólogo escolar na SEEDF e psicólogo clínico na Clínica Popular de Especialidade Viva, voltada para atendimento de pessoas LGBTQIA+. Membro das comissões de Diversidade e Gênero do CRP-DF e OABI/DF. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Infância e Juventude (PPGPPIJ/CEAM/UnB) e Coordenador de Saúde Mental Voluntário na ONG Minha Criança Trans. Contato: viniciusmotapsi@gmail.com.

Das sombras para o arco-íris

Acredito que seja de comum entendimento que vivemos tempos sombrios e difíceis ao passar pela pandemia da Covid-19. É importante considerar as mais de 700 mil mortes que o vírus causou em todo país, as dificuldades encontradas pelos e pelas profissionais de saúde em meio a um governo negacionista, negligente e criminoso.

Conseguimos vivenciar as dores das perdas, as lutas por oxigênio, ansiedade para uma vacina e ter o reconhecimento da importância e grandeza do Sistema Único de Saúde. Paralelamente a isso, por pouco tempo as nossas escolas ficaram paradas. No Distrito Federal, fomos uns dos primeiros órgãos a suspender as atividades presenciais, retomando-as não muito distante, de forma remota.

Mais um grande desafio estava lançado a partir do momento em que foi necessário distanciarmos do “chão da escola”, prostrarmos por horas e horas a frente de um computador, além de enfrentarmos os cuidados da pandemia, em meio a planejamento de aulas virtuais.

Poucos e poucas profissionais da escola em que estava lotado tinham conhecimento de plataformas para ensino remoto, em alguns casos, encontrávamos dificuldades ainda no preenchimento do diário eletrônico, que já havia sido migrado. Nesse momento de muito medo e preocupação, conseguimos mostrar a força e a união dos e das professoras desta escola. Diversas formações aconteceram, professores se voluntariavam para auxiliar os colegas, bem como o fortalecimento da rede de apoio para garantir também que todos e todas as alunas tivessem acesso às aulas remotas.

A cada dia um novo desafio surgia e conseguíamos unir para oferecer o que era possível naquele momento. Em meio a isso, foi importante também usar da Psicologia Escolar para “cuidar de quem cuida”. Rodas terapêuticas de acolhimento virtual também fizeram parte do suporte oferecido aos professores e professoras de uma escola do Riacho Fundo I. Plantões de acolhimento, escuta e suporte individualizado compuseram também a parte dos cuidados pessoais da equipe pedagógica da escola, bem como dos e das profissionais da limpeza, vigilância e cozinha.

Diante dos desafios diários, surge também a preocupação com os e as estudantes LGBTIA+ da escola, pois este espaço, que ao mesmo tempo reforça situações de preconceito e discriminação, pode ser também um espaço de reconstrução do pensar, do agir e de se relacionar com os demais e consigo mesmo, considerando como contraditório (Madureira, Holanda, Paula, Fonseca, 2021, p. 219).

No próximo tópico, trabalharemos uma escola para todas, todos e todes por meio do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, no qual descrevo por completo todo o processo de construção e intervenção com a oficina.

Uma escola de todas as cores

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) hoje tem, como parte da sua composição, o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) que é um serviço de caráter técnico-pedagógico, presente nas escolas públicas do Distrito Federal, com uma realidade de profissionais ainda distante do necessário, conforme a alta demanda de escolas sem o serviço, como traz um levantamento feito pela Associação de Analistas em Gestão Educacional (AAGEDUC), da carreira Assistência à Educação, que hoje chama-se Gestão de Políticas Públicas e Gestão Escolar.

O SEAA é composto por profissionais de Psicologia e Pedagogia, tendo sua atuação no ambiente escolar de forma institucional, pensando e atuando nesse espaço de sujeitos compostos por estudantes, professores, direção, equipes de apoio técnicos e administrativos e comunidade escolar, percebendo esses atores na visão da Psicologia Cultural, na qual suas mensagens são transmitidas culturalmente de forma ativa e bidirecional. Ocorrem sempre em contextos culturais estruturados, permeados por crenças, valores, emoções, sentidos e atividades historicamente estabelecidas (Madureira, Holanda, Paula, Fonseca, 2021).

A partir desta atuação e como psicólogo escolar membro deste serviço, uma escola da regional do Plano Piloto, ao receber um estudante de sete anos, teve a solicitação dos familiares para uso do nome social de seu filho. A escola não sabia como agir nessa situação, me procurando e pedindo uma formação, porém, me dei conta de que também não tinha segurança para falar sobre este tema, mesmo tendo como marcadores pessoais questões relacionadas a minha sexualidade e uma militância LGBTIA+ de muitos anos.

A partir deste momento, comecei uma busca aprofundada para me especializar e ter domínio de todos os direitos e garantias dos estudantes trans, levando isto para além deste caso, na ideia de que todas as escolas possam oferecer um atendimento respeitoso e de qualidade. Garantindo a entrada, mas também a permanência, destes estudantes.

Me perceber um homem cisgênero, branco, bissexual, por mais dentro do movimento LGBTIA+ que eu estivesse, eu jamais conseguiria compreender as demandas e ensejos da população trans. Foi quebrando paradigmas, desconstruindo uma ideia cisnormativa, que me embasei na construção da minha atuação no ambiente escolar.

Após essa busca por formação e entendimento pessoal das lutas que acontecem frente às necessidades de crianças e adolescentes trans, me reuni primeiramente com a direção da escola. A intenção inicial foi acolher essa direção, da mesma forma que fui acolhido quando me dei conta de que não conseguiria sozinho auxiliar nessa demanda escolar.

O meu acolhimento veio por meio da ONG Minha Criança Trans. Ao sair procurando por diversos estudos, cheguei até o perfil da Thamirys Nunes, que relatava, enquanto mãe de uma criança trans, quais eram as reais necessidades dessa população, bem como o que já se tinha de direitos garantidos, que nós enquanto escola, deveríamos saber.

Agendamos uma formação presencial na escola, convidando todas, todos e todes que estariam presentes e envolvido com os alunos, alunas e alunes daquela instituição, desde a professora regente, até as coordenadoras pedagógicas, direção, serviços especializados, e não menos importante, secretaria escolar. Entendendo a importância da formação desses profissionais, e de todos da escola, para se pensar uma escola inclusiva em todos os aspectos, como aponta (Madureira, Holanda, Paula, Fonseca, 2021).

Nesse momento da oficina *Conhecimento que TRANS-forma: crianças e adolescentes trans da rede pública do DF*, trabalhamos conceitos, diferenciações práticas de gênero e sexualidade, amparo legal que garante a esse estudante a permanência no ambiente escolar, e outro momento de escuta, em que a equipe trouxe suas experiências frente a esses estudantes.

Como conteúdo da oficina, foi trabalhado inicialmente as letras do orgulho, para que ao final da fala, fique claro a diferença existente, tanto conceitualmente, como na prática do que se tem como gênero, sua construção social, histórica, cultural, diferença de sexualidades e conceito de interseccionalidade, pois em paralelo às questões de gênero, tem-se marcadores raciais (Oliveira, 2018).

Ao se trabalhar a diferenciação de gênero e sexualidade, foi usado como recurso pedagógico o boneco do gênero, que permite levar aos participantes uma maior aproximação em cada conceito. Um dos momentos mais densos da fala com os profissionais das escolas, é quando propusemos a reflexão sobre o amparo legal diante da garantia de direitos das pessoas trans no ambiente escolar. Convidando a refletir “mas afinal, pode falar sobre gênero na escola?” Percebeu-se que não só pode como deve. Seria facultativo apenas se não estivesse em nossas leis.

Consequente a estas reuniões, prestes ao início das aulas, foi feito um contato virtual com os responsáveis do estudante, para que também pudessem se sentir acolhidos diante da sua realidade. Foi levado ao conhecimento dos responsáveis as reuniões feitas com a escola, bem como todas as medidas adotadas para que seu filho pudesse ter seus direitos garantidos na íntegra.

O pote de ouro detrás do arco-íris

Este primeiro aluno, de muitos outros que já passaram, me fez refletir quantos estudantes não foram percebidos, notados e acolhidos em nossas escolas. Eles, elas e elus¹ sempre estiveram no ambiente escolar,

pelo menos até certo momento. Estiveram não a frente dos grandes eventos, movimentando durante o recreio, participando dos jogos e atividades coletivas. Foram desapercibidos e não vistos, em determinado momento, sofrendo tantas violações e negação, que saíram da escola, ou, como proposto por Berenice Bento (2011), o movimento onde estes estudantes são “expulsos, e não evadem” (Bento, 2011 p. 555).

Tal cuidado com as demandas de crianças e adolescentes trans se fazem tão essenciais, porque segundo os dados trazidos por Nunes (2021), em seu trabalho sobre vivências reais das crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro, diz que apenas 13% dos pais entrevistados relatam que sua criança ou adolescente trans nunca apresentou algum quadro psicoemocional, diferente dos 87% que relataram ter percebido em seus filhos, filhas e filhas algum quadro de alteração psicoemocional.

Sendo assim, a necessidade de expandir a formação para mais escolas, mais regionais de ensino, mais profissionais do SEEA, mais orientadoras e orientadores educacionais se concretizou. Até o momento deste material, mais de 20 escolas receberam a formação *Conhecimento que Trans-forma: crianças e adolescentes trans da rede pública*, duas Regionais de Ensino por meio dos e das trabalhadoras no SEEA e Orientação Educacional.

Entendendo a extrema importância da formação continuada, sendo ela um dos principais pontos de transformação de qualquer profissional, o trabalho que a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais em Educação (EAPE) tem nesse quesito é de extrema relevância, mas vale refletir também sobre a nossa zona de conforto. Há muitos anos, existe uma oferta imensa de cursos de formação pela EAPE para se trabalhar gênero e sexualidade nas escolas, desde os métodos mais artísticos como o *Cine Diversidade*, ou mesmo uma formação aprofundada em conceitos teóricos, oferecida pelos formadores Leonardo Café, Lucrecia Silva e Ellen Cintra e demais formadores que compõem o núcleo de formação em e para os Direitos Humanos e também àqueles que já passaram pela EAPE.

Porém, convido a refletirmos também na forma com que a homotransfobia estrutural pode agir em nossas vidas. Diante de inúmeras formações oferecidas e do acesso à internet cada vez mais fácil e rápido, é necessário que nós olhemos também para nossa comodidade e quanto estamos dispostos e dispostas e desconstruir. Jaqueline Gomes de Jesus (2014) traz que entramos no ponto de contar uma história nova, mas que no fundo, nós a negamos. É preciso a imersão do conhecimento para aprender essa nova língua, para depois contar algo por meio dela. E assim é a fala, a escrita, o posicionamento sobre gênero e sexualidade. Se permitir a conhecer o novo é como tirar o chão debaixo dos pés de alguém, é

um “apartheid de gênero”, pode trazer um turbilhão de emoções: medo, ódio, afeto (Jesus, 2014).

Fala-se muito de que não existe uma formação básica dos profissionais que estão inseridos nas escolas, que os cursos de graduação, sejam na área de licenciatura ou áreas correlatas que podem receber a certificação para dar aulas, que estas faculdades não ensinam sobre gênero e sexualidade. Porém, me intriga, como conhecedor das metodologias ativas, que mesmo sendo parte de uma sociedade diversa, completamente refém da globalização e com fácil acesso a conteúdos acadêmicos, esta ainda seja uma justificativa para se perpetuar o preconceito e a discriminação.

Com quantas crianças trans ou adolescentes trans você/nós estudamos? Na reunião de pais dos seus filhos,

filhas e filhos, quantos pais se apresentaram como pais e mães de uma criança trans? Na inquietação dessas perguntas e ainda mais nas respostas, se faz presente a cada visita às escolas, no fato não apenas de falar sobre as crianças e adolescentes trans, mas de falar *com* as crianças e adolescentes trans (Perondi, 2021).

Por fim, diante do projeto e também das nossas construções, desconstruções adultocêntricas, convidado a pensarmos nas necessidades de escutar essas crianças e adolescentes trans das nossas escolas. É fundamental e de extrema urgência que possamos acolher as suas múltiplas diversidades, mas com base no que trazem de necessidade, não do que eu acho que seja importante e relevante para ele e para seu processo de escolarização. ■

Notas

- ¹ Linguagem é movimento, ela se transforma e vive conforme cada cultura. Com isso, optei por trazer nesse texto a quebra dos padrões normativos existentes também na linguagem de masculino e feminino. É por meio do desconforto, da inquietação, do diferente e até mesmo do esquisito, que brinco no texto com as terminologias "(os),(as),(es)", variando conforme a multiplicidade de identidades de gêneros e a não binariedade.

Referências

- BENTO, Berenice. Na Escolas se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis: v. 19, n. 2, maio/ago. 2011.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Transfeminismos: teorias e práticas**. 2 ed. Metanoia Editora, 2014.
- MADUREIRA, Ana Flavia. HOLANDA, João Mendes; PAULA, Luciana; FONSECA, Jordana. Gênero e sexualidade na escola: processos identitários, diversidade e preconceito na perspectiva da psicologia cultural. *In*: MADUREIRA, Ana Flávia e BIZERRIL, Jose. **Psicologia e Cultura: teoria, pesquisa e prática profissional**. São Paulo, Cortez Editora, 2021.
- NUNES, Thamirys. **Vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro**. Curitiba: eletrônico lbsdsex, 2021.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichas pretas na educação. **Revista Periódicus**, v. 1, p. 161, 2018.
- PERONDI, Mauricio. Possibilidades de construção de uma metodologia participativa de pesquisa com jovens. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 103-119, 2021.